



Número: **0089137-29.2018.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 23ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **22/11/2018**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CRISTIANO XAVIER (AUTOR)		ABRAAO FIRMINO DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)		ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO)	
PRISCILA COSTA LIMA LEMKE (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
50674 417	24/09/2019 16:54	<a href="#">Sentença</a>	Sentença



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 23ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0089137-29.2018.8.17.2001**

AUTOR: CRISTIANO XAVIER

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**S E N T E N Ç A**

*Vistos, etc.*

Trata-se de ação de Cobrança de Indenização Securitária DPVAT, proposta por CRISTIANO XAVIER em face de COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, ambos já qualificados nos autos.

Aduz a parte autora que em razão de sinistro de trânsito, ocorrido no dia 24 de julho de 2018, sofreu graves e definitivas lesões que resultaram em danos físicos, o que pretende provar com documentos acostados à petição inicial.

Em face disso, requer seja demandada condenada ao pagamento do valor do seguro correspondente ao dano sofrido, acrescido de juros e correção monetária. Por fim, pugna pela gratuidade da justiça.

Deferida a gratuidade da Justiça e citação da ré, no despacho de id 38257666.

Devidamente citada, a parte ré apresentou contestação.

Termo de audiência e a perícia médica na parte demandante em documento de id 44936334.

É o relatório. Decido.

O presente feito comporta julgamento antecipado à luz do artigo 355, do Código de Processo Civil, porquanto a matéria nele ventilada é unicamente de direito, prescindindo de produção de outras provas para o seu deslinde e livre convencimento judicial, estando devidamente instruído com a prova documental acostada e o laudo técnico pericial efetuado no mutirão promovido nesta Comarca, de modo que se mostra autorizado o julgamento no processo no estado em que se encontra.

Assim, entendo que os elementos dos autos são suficientes para o deslinde da causa e julgamento antecipado da lide.



No caso, o cerne da questão é definir o valor correto a ser pago à parte demandante pelas sequelas advindas de sinistro de trânsito.

Como se sabe, a invalidez permanente é indenizável até R\$ 13.500,00. De acordo com laudo pericial, o acidente provocou na parte autora danos anatômicos e/ou funcionais definitivos no membro inferior esquerdo, que compromete apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da parte demandante.

Em consequência, a indenização deve ser no percentual de 70% sobre o valor máximo, qual seja R\$13.500,00, com a incidência da redução aplicada pelo médico perito, passando o *quantum* devido a corresponder ao percentual de 50% sobre esse valor encontrado, já que não houve dano corporal total completo, mas sim dano parcial incompleto, com repercussão em grau médio, totalizando a quantia de R\$4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais).

Considerando que a parte autora afirma que, administrativamente, já lhes foi o montante de R\$1.687,50 (mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), resta-lhe ainda receber o valor correspondente a diferença, calculada em R\$3.037,50 (três mil, trinta e sete reais e cinquenta centavos).

À vista do exposto, julgo PROCEDENTE EM PARTE o pedido formulado pela autora, condenando a ré ao pagamento da quantia de R\$3.037,50 (três mil, trinta e sete reais e cinquenta centavos), a serem corrigidos monetariamente desde a data do evento danoso, incidindo sobre tal valor juros moratórios desde a citação. Declaro extinto o feito, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 487, inciso I, do CPC, c/c o art. 3º, da Lei nº. 6.194/74. Condeno a demandada nas custas e honorários de advogado, que fixo em 20% sobre o valor da condenação.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

**ASSINADO E AUTENTICADO ELETRONICAMENTE.**

